



## IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL<sup>1</sup>

**DENOMINAÇÃO:** Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva e Cia

**LOGRADOURO:** Rua da Areia, 33.

**BAIRRO:** Centro

## CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL

**ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO:** Século XX

**TIPOLOGIA PRIMITIVA:** Arquitetura civil de função privada

Tem sua fachada principal voltada para a Rua da Areia, outrora denominada Rua Barão da Passagem, ficando a fachada posterior para a Rua Padre Antônio Pereira.

Foi fundada por Tito Enrique da Silva, em 1892 - sendo a mais antiga do nordeste nesse ramo, permanecendo como manufatura caseira até o ano de 1917, trabalhando no fabrico de vinho apenas os membros da família do proprietário. Em 1930, a fábrica estava instalada nos prédios de números 124 e 145 da Rua da Areia, os quais foram depois reformados visando adaptá-los ao melhor funcionamento desta, sendo organizados internamente para este fim e apresentando em sua fachada características da arquitetura industrial do início do século XX. A parte posterior do prédio é mais recente, tendo sido construída em 1933, sendo sua fachada diferente da principal, quanto à composição e linguagem decorativa.

Na década de 1940, o processo de produção do vinho deixou de ser artesanal em todas as suas fases, em decorrência da aquisição de máquinas importadas dos Estados Unidos e Inglaterra, que contribuíram para elevar o índice da produção ao seu mais alto grau, consumindo de 25 a 30 toneladas diárias de caju, fabricando ao mesmo tempo cinco tipos diferentes de vinho.

Com o aumento da produção e devido à qualidade do produto, este se tornou de grande aceitação e procura em todo o Brasil, principalmente no nordeste, sendo também exportado para outros países como Estados Unidos e Alemanha.

A partir de 1964 a fábrica começou a enfrentar problemas de ordem financeira em virtude de uma série de fatores, a saber: a nova estruturação da economia brasileira, voltada principalmente para o fortalecimento das grandes empresas e a concentração de capitais em detrimento dos pequenos e médios estabelecimentos. O alto imposto vinícola cobrado para o vinho de caju, impossível de ser arcado por uma empresa de pequeno porte.

---

<sup>1</sup>Conteúdo elaborado a partir das referências bibliográficas disponíveis no link *Acervo Patrimonial*.



Além disso, o distanciamento das fontes de fornecimento da matéria prima – o caju, dificultou a aquisição e encareceu o produto por causa do custo do transporte. Por tratar-se de uma mercadoria de consumo popular no nordeste, o vinho não podia ter seu preço muito elevado tendo em vista o baixo poder aquisitivo da população. Assim sendo, os lucros obtidos na comercialização deste, não eram suficientes nem mesmo para cobrir os gastos com transporte, compra de insumos e matéria prima, manutenção e reposição de máquinas, necessitando-se então de um capital bem maior para poder manter e ampliar o nível de produção.

Tais fatos contribuíram para reduzir a produtividade, voltando a fabricação do vinho a ser artesanal, pois todas as máquinas necessárias para a etapa conclusiva, necessitavam de reparos. O débito com a Receita Federal dificultou ainda mais a situação da empresa, na medida em que era impedida de negociar com os estabelecimentos de crédito.

Em 1984, encontrando-se a fábrica ameaçada de fechar, seu prédio e toda a maquinaria foram desapropriados pelo Governo do Estado e tombados pelo IPHAN, com o intuito de se preservar o conhecimento dos processos tradicionais e artesanais da produção do vinho de caju, considerado como “um dos fenômenos da Tecnologia Patrimonial – conjunto de conhecimentos e técnicas populares historicamente determinadas”.

Este tombamento constituiu uma inovação em matéria de preservação de monumentos históricos, uma vez que, além dos equipamentos, também a produção de vinho teria suporte para sua permanência. No entanto, após ter sido desapropriada pelo Governo a fábrica encerrou sua produção em 1984, permaneceu desativada por alguns anos e foi saqueada, perdendo quase todo seu maquinário e mobiliário.

Como decorrência desse processo o prédio atingiu um avançado estado de deterioração chegando a um quadro de ruína parcial com o desabamento das cobertas de cinco dos seus galpões e de muitas alvenarias. A fábrica foi então restaurada com investimentos da Agência Espanhola de Cooperação Internacional, do IPHAN e do Ministério da Cultura. A obra teve início em Outubro de 1997, foi concluída em Setembro de 2003, passando a abrigar a Oficina Escola de João Pessoa, responsável pela execução do restauro.

Pelo seu valor histórico, a fábrica foi inscrita sob o nº 495 do Livro Histórico do IPHAN em 2 de Agosto de 1984.

# MEMÓRIA JOÃO PESSOA

Informatizando a História do Nosso Patrimônio

